PCB PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – RIO GRANDE DO SUL

RUA JERÔNIMO COELHO 281, CONJUNTO 401, CENTRO HISTÓRICO, PORTO ALEGRE, TELEFONE 30624141

Um programa anticapitalista e anti-imperialista para o Rio Grande do Sul

I - O que está em disputa nas eleições de 2014

As eleições deste ano dividem, aparentemente, três blocos que representam os interesses da burguesia: um formado por PSDB-PPS-PP, outro por PMDB-PDT e seus aliados, ambos sustentados pelo grande capital financeiro, propondo mais neoliberalismo, menos direitos para os trabalhadores, mais liberdade para os capitais, mais dependência do capital privado; e o bloco do PT e seus aliados, mantendo o domínio burguês e a política econômica neoliberal, com algumas concessões de caráter assistencialista e alguma dose de maior independência no campo internacional. Na essência, a disputa se dá em torno da gestão do aparelho de Estado, com poucas distinções quanto ao projeto político em si.

Para o PCB, a disputa eleitoral se insere estrategicamente na luta pela superação revolucionária do capitalismo e pela construção do Socialismo. A ação eleitoral se soma às manifestações de dissidência contra a ordem e na defesa das conquistas e direitos dos trabalhadores.

A Campanha Movimento do PCB, estruturada na perspectiva de contribuir para a organização da Frente Anticapitalista e Anti-imperialista e do seu programa de superação do capitalismo, aponta para a construção de um bloco político contra hegemônico – de partidos, organizações políticas e movimentos populares –, cuja força estará ligada à capacidade de a classe trabalhadora entrar em cena novamente com independência e autonomia histórica, bem como à iniciativa das vanguardas que resistiram à acomodação e mantiveram-se em luta contra a ofensiva do capital monopolista.

II - Um programa anticapitalista e anti-imperialista para o Rio Grande do Sul

O PCB participa das eleições de 2014 combatendo a institucionalidade política que, consolidada nos marcos da hegemonia liberal burguesa, se apresenta hoje como a rendição a formas viciadas e tradicionais de fazer política, de fisiologismo, corrupção, manipulação de massas para fins eleitorais, controle autoritário das máquinas políticas, personalismo e caciquismo, simbiose com o capital para financiar as campanhas, comprometimento dos candidatos com os esquemas que os financiaram e desvios burocráticos no controle dos mandatos e cargos governamentais.

Esta institucionalidade consolidou uma cultura passiva da maioria dos brasileiros em relação às eleições, com uma divisão social e técnica do trabalho político-eleitoral na qual cabe a militantes profissionais a condução das campanhas, apenas para certas lideranças o papel de candidatos e, aos trabalhadores, o papel de meros eleitores. Descaracterizaram-se os programas como expressão de interesses reais das classes, transformando-os em peças de marketing político, quando não em puro oportunismo eleitoral. Há um evidente desgaste no que se refere à capacidade de que o processo eleitoral conduza à real solução dos problemas vividos pela população, e a desigualdade das condições de disputa eleitoral é cada vez mais desfavorável para candidaturas contestadoras da ordem.

Mesmo sob condições adversas, o PCB entende que as eleições são um momento importante na vida política do País. Um momento em que os partidos e forças políticas podem apresentar-se diretamente, levando sua visão e sua avaliação quanto às condições de vida dos trabalhadores, seu entendimento quanto às causas profundas dos problemas que afligem a maioria da população e, principalmente, suas propostas para a construção de uma nova sociedade.

Para o PCB, as precárias condições de vida da maioria dos trabalhadores e a exclusão de grandes contingentes da população da possibilidade de ter um emprego formal, com os direitos trabalhistas garantidos, de ter direitos sociais – como uma aposentadoria digna, moradia, assistência à saúde e acesso à educação – são causadas pelo sistema capitalista e a dominação imposta sobre a classe trabalhadora pela burguesia, que se traduz na propriedade das fábricas, dos bancos, das fazendas, no controle do poder político sobre a difusão das informações pela grande mídia e outros meios.

Propomos, como alternativa, a construção revolucionária do Socialismo, formulado a partir do balanço crítico das experiências socialistas do século XX, do acúmulo gerado pelos governos progressistas da América Latina e de países de outras regiões, das lutas, dos experimentos e das proposições dos movimentos dos trabalhadores, dos partidos comunistas, socialistas e de outros grupamentos que lutam contra a exploração capitalista e contra o imperialismo.

O PCB tem plena clareza de que, no Rio Grande do Sul, assim como, no País, não será apenas pela via eleitoral que a justiça social será alcançada, e de que o capitalismo só poderá ser superado por meio de um grande movimento de massa, com a vitória dos ideais socialistas e comunistas na disputa de ideias, valores, visões de mundo e projetos de futuro que se trava no seio da sociedade, com a organização dos trabalhadores num patamar superior: a revolução socialista. .

É com este espírito que apresentamos, nestas eleições, um programa político que aponta para o exercício do poder como um elemento de organização e de apoio à classe trabalhadora na luta contra a classe burguesa, um programa de execução possível e viável, mas que, pela sua natureza anticapitalista e anti-imperialista, requererá, para a sua execução, grande apoio, mobilização e participação popular e a transformação profunda do próprio aparelho de Estado.
O programa que apresentamos se pretende um eixo de lutas contra a ordem burguesa, na perspectiva da formação do Bloco Revolucionário do Proletariado e da construção de uma contra hegemonia, numa aliança de segmentos da classe trabalhadora capaz de contrapor ativa e decididamente ao poder liberal burguês um poder proletário e popular, organizado e centralizado, para unificar as diversas demandas particulares em um programa geral de lutas e de ação do poder político. .
O programa aponta para a construção de uma ordem institucional e política própria dos trabalhadores, capaz de impulsionar a criação de uma nova cultura proletária e popular e de contribuir para colocar o bloco proletário em movimento na luta contra a ordem conservadora.
A governabilidade, assim, será garantida pela mobilização, pela criação de referências claras, para os trabalhadores, desta nova ordem de cunho socialista,

com mudanças estruturais no país, novas conquistas e formas ativas de participação e de exercício coletivo do poder político.

III - Os grandes eixos do Programa

1 – Uma Democracia de Novo Tipo: o Poder Popular

O PCB luta pela inversão da base do poder político atual – lastreado no domínio econômico dos grandes grupos capitalistas –, pela construção da democracia direta dos trabalhadores, com o fortalecimento do poder popular e a reformulação do sistema partidário-eleitoral atual.

Propomos a instituição de novas formas de representação direta dos trabalhadores – o Poder Popular –, que viabilizarão a mais ampla liberdade de opinião, com a participação de movimentos organizados e partidos políticos.

Entendemos ser necessárias: a reforma do sistema de representação político/institucional/partidário/eleitoral vigente, com a proposição de abertura das Tribunas parlamentares para organizações de trabalhadores e de lutas sociais; uma reforma eleitoral, com a adoção do financiamento público de campanha, a mais ampla liberdade de organização partidária, acesso ampliado dos partidos à mídia, fortes restrições ao uso do poder econômico nas eleições, a ampliação da participação popular nas decisões através da convocação de plebiscitos e referendos para os temas de maior interesse dos trabalhadores; ampliação do direito de iniciativa legislativa popular; a mais ampla liberdade de opinião para todos, para as organizações sindicais e partidárias e para os movimentos sociais e populares em geral; abertura imediata de todos os arquivos da ditadura no Estado e criação de uma efetiva Comissão de Verdade.

Mais ao nível do Estado, queremos utilizar os mecanismos de democracia semidireta, plebiscito e referendo, como também a criação de Conselhos Populares, visando à tomada de decisões, senão as diárias, porém as de maior importância, diretamente pelo povo.

2 – Um Estado de Novo Tipo e uma Nova Sociabilidade

É necessário transformar o atual Estado – moldado segundo os interesses da classe dominante – com a criação de novas instituições, sob controle dos trabalhadores.

O Estado precisa desenvolver o papel planejador, produtor e provedor de serviços sociais e de bem-estar em geral para todos os rio-grandenses, em substituição à regulação feita pelo mercado, conforme o interesse dos grandes grupos capitalistas e monopolistas.

É preciso garantir e apoiar a maior organização dos trabalhadores em sindicatos, associações e partidos políticos. Será imprescindível promover permanente

mobilização dos trabalhadores e dos setores populares visando à conquista e à efetiva implementação dos mais amplos direitos sociais e políticos, como o direito à vida, ao trabalho, à informação, à participação no processo político-decisório, à educação plena e a outros direitos sociais, assim como à propriedade coletiva dos principais meios de produção.

O Programa Anticapitalista e Anti-imperialista do PCB prevê a superação de toda a exclusão social e cultural, como resultante do processo de lutas construído em conjunto com os movimentos organizados dos trabalhadores, para a retomada da prática do convívio entre todos, para a promoção dos valores do altruísmo e do coletivismo, para a superação dos conflitos e preconceitos raciais, de gênero, de etnias e comportamentais.

3 – Uma Nova Economia: controle dos meios de produção pelos trabalhadores e reordenação da produção

O PCB defende a estatização dos principais meios de produção em substituição à grande propriedade privada, industrial, comercial e agrária, assim como de todo o setor financeiro, com o controle progressivo de todas as grandes empresas pelo Estado e pelo Poder Popular. .

São consideradas prioritárias as áreas de infraestrutura – portos, estradas, silos, geração e transmissão de energia, da indústria de base, de máquinas e equipamentos, e todas aquelas consideradas estratégicas e essenciais para a garantia de condições dignas de vida à classe trabalhadora.

Uma nova política econômica deve ser pensada visando à construção das bases para a superação do capitalismo, na direção da economia socialista. Isto implica na necessária substituição do desenvolvimento econômico determinado pelos imperativos do mercado pelo desenvolvimento voltado ao atendimento das necessidades sociais e da qualidade de vida dos trabalhadores e das camadas populares.

A nova política econômica também deve prever:

a) A produção em larga escala de materiais de construção, medicamentos, roupas, livros e todos os produtos essenciais para a vida, garantida a sua distribuição a preço de custo ou subsidiados, ao passo que todos os produtos considerados supérfluos terão sua produção sobretaxada;

b) A reordenação espacial do desenvolvimento econômico e social, com a criação de polos de desenvolvimento no Interior e planos diretores para as grandes cidades visando à harmonização e equalização do processo;

c) Ampla reforma urbana, visando à democratização do uso do solo e a redução das desigualdades sociais, bem como o macroplanejamento urbano, com a criação de entes administrativos para as regiões metropolitanas; garantia da mobilidade

urbana, da universalização do provimento de infraestrutura, de serviços sociais e dos serviços urbanos;

d) Reforma Agrária sob controle das organizações dos trabalhadores, de forma a democratizar a posse da terra, especialmente com a construção de grandes fazendas estatais e cooperativas agropecuárias, estas em regime de usufruto e propriedade estatal;

e) Política agrícola voltada para a produção de alimentos para o mercado interno, com garantia de financiamento e preços mínimos, oferta de infraestrutura de armazenagem e escoamento da produção, apoio técnico e incentivo à cooperativização;

f) Política de incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, envolvendo universidades, institutos de pesquisas governamentais e empresas públicas, voltada para as necessidades da maioria da população e em consonância com as potencialidades do Estado;

g) Produção de energia a partir de fontes renováveis; aceleração do programa de utilização do álcool combustível, do biodiesel e de pesquisa para o uso mais intensivo da biomassa, das energias eólica e solar; tratamento estratégico para as reservas de petróleo e de outros recursos minerais brasileiros, com seu ritmo de extração determinado para a garantia do suprimento de longo prazo das necessidades internas e com o reinvestimento de parte majoritária das receitas geradas na pesquisa de novas fontes de energia renováveis e no provimento de infraestrutura produtiva e social.

O Programa do PCB prevê ainda a implantação do sistema de planejamento centralizado, visando à introdução progressiva de mecanismos de regulação e controle de mercados e a implementação de instâncias decisórias nas grandes empresas, com a participação direta dos trabalhadores.

Por isso, como medidas imediatas, propomos:

a) Criação de grandes empresas produtivas estatais, com a participação direta dos trabalhadores na sua gestão;

b) Gerência dos recursos do pré-sal pela Petrobrás, garantida sua distribuição aos Estados na proporção inversa do IDH;

c) Reestatização da CRT, da parte privatizada da CEEE e de todas as empresas estatais estratégicas que foram privatizadas;

e) Reestadualização do sistema de geração e distribuição de energia elétrica;

4- Dívida Pública, criação de outras de Fontes de Receita e remuneração dos servidores.

a) A dívida pública do Estado consome uma boa parte do orçamento estatal. Para enfrentar essa situação, pretendemos, dentro do eixo da economia popular, criar um financiamento especial. Em vez de pedirmos dinheiro às agências estrangeiras que fazem exigências como a revisão, para pior é óbvio, da previdência pública e da modificação dos planos de carreira dos servidores, vamos criar um financiamento pelos próprios gaúchos - pessoas físicas e pequenos e médios empresários e produtores rurais - sem aumentos de impostos, com remuneração justa para esses investidores, visando que, desse total arrecadado, parte se destine ao pagamento da dívida pública e parte à melhoria dos serviços públicos com a respectiva valorização dos servidores.

A dívida pública do Estado será submetida ao crivo de auditoria onde pretendemos utilizar os nossos próprios técnicos do Estado. E também buscaremos, com o apoio popular e de outros governos estaduais em situação similar à do RGS, a mudança do perfil da dívida, recorrendo – inclusive e se necessário – ao Poder Judiciário para uma revisão da dívida com a União, diante da desigualdade de condições entre os contratantes dessa dívida.

O Estado, ainda, perde receita com os efeitos da Lei Kandir. Pediremos um justo ressarcimento ao governo federal por essas perdas e, se necessário, iremos à Justiça pleitear a indenização.

Por outro ângulo, consideramos a Lei de Responsabilidade Fiscal uma verdadeira aberração neoliberal que visa, não à moralidade pública, mas à diminuição do Estado enquanto prestador de serviços públicos indispensáveis à população, como saúde, educação e segurança.

b) Podemos garantir que reporemos as perdas salariais dos servidores e lhes daremos ganhos reais em suas remunerações, pois temos uma visão diferenciada do Estado e queremos que ele seja uma alavanca econômica.

Em época de crise - como a que vivemos - não se deve, como querem os neoliberais e mesmo os social democratas, a União Europeia e o FMI, cortar despesas públicas. Ao contrário, deve-se aumentá-las para manter os empregos e redistribuir a riqueza, com aumento generalizado de salários, visando ao incremento do consumo que, por sua vez, aumentará as demandas á indústria, aumentando o ingresso de impostos, beneficiando, enfim, todo o ciclo econômico.

Quanto ao critério para o preenchimento dos cargos técnicos, científicos e administrativos, afirmamos que será rigorosamente o do concurso público, porta estreita, mas honrada das carreiras públicas.

4 – Uma Nova Política Social: mais qualidade de vida, mais e melhores direitos.

O desenvolvimento científico e tecnológico, a Educação, a Saúde, a Habitação, a Cultura, os transportes públicos e as demais áreas vitais para o desenvolvimento

social devem ter caráter predominantemente estatal, de acesso universal e alta qualidade, com o aumento radical de sua participação no orçamento e com a instauração de mecanismos de controle direto pelos trabalhadores.

O Programa do PCB prevê novas metas para o desenvolvimento econômico e social, com destaque para:

a) Garantia da vida, com a caracterização do acesso à saúde pública, gratuita e de qualidade como um direito; expansão da rede pública, com garantia de acesso a todos os níveis; instituição do programa de saúde da família em todo o Estado; elevação dos salários dos profissionais da área e implementação de uma política associada de produção e comercialização de medicamentos a baixo preço; universalização do acesso ao saneamento básico; políticas públicas universais que garantam assistência à gestação, ao parto e ao puerpério, assim como os cuidados necessários ao desenvolvimento pleno da criança: creche, escola, lazer, saúde.

b) Universalidade do acesso à educação, com apoio à expansão dos sistemas de ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior; apoio à expansão e melhoria das redes de ensino tecnológico, com elevação dos salários dos profissionais e melhoria da qualificação do magistério; oferta de bolsas de estudo e apoio material para os estudantes; erradicação do analfabetismo em todo o Estado; ação cultural voltada para o resgate dos valores e referências regionais e nacionais, e para a participação na construção de uma nova sociedade;

c) Garantia do direito à moradia, com uma política habitacional voltada para o financiamento público de habitações de baixa renda integradas à infraestrutura urbana, apoiada em pesquisa e desenvolvimento tecnológico dirigido para este setor; realização de uma reforma urbana, com a desapropriação de espaços urbanos ociosos destinados à especulação, para a construção de praças, parques e habitações populares nas grandes cidades, de forma a zerar o déficit habitacional nessas regiões e expandir o programa para todas as cidades do estado;

d) Desenvolvimento de uma política de transportes públicos de qualidade nos grandes centros urbanos, com ênfase no metrô e veículos leves sobre trilhos; elaboração de um planejamento integrado dos transportes, com a estatização das ferrovias, a recuperação do sistema atual e a construção de uma rede ferroviária e aquaviária para o transporte de produtos industrializados e mercadorias em geral;

Pleno direito dos trabalhadores organizados e da sociedade em geral à divulgação e ao acesso à informação, à livre circulação das ideias, à ampla divulgação dos debates políticos e à produção cultural; fortalecimento do Estado e organização de fóruns participativos e decisórios no âmbito do Poder Popular para definição das políticas públicas de comunicação; fortalecimento da TVE e da com programação voltada para a cultura e a livre circulação de informações, para a garantia de mais densidade cultural na programação e de não interferência política dos interesses econômicos na geração e difusão de informações;

Criaremos um departamento de estatísticas relativas aos acidentes e de doenças do trabalho ocorridas no RS, para criarmos penalidades fiscais às empresas privadas que mantiverem índices elevados desses eventos e não investirem em segurança do trabalho; em nível dos serviços públicos, diminuir as ocorrências desses eventos pela criação de políticas de saúde e de prevenção nessa área;

Criaremos serviços médicos móveis de atendimento à saúde dos trabalhadores rurais.

5 – Fim da destruição capitalista do meio-ambiente

O PCB defende tratamento prioritário para a questão ambiental, tendo como principal eixo a retirada dos recursos ambientais não renováveis e a preservação ambiental da influência e dos ditames dos interesses do mercado capitalista. É preciso garantir a sustentabilidade do meio-ambiente, com a recuperação de áreas degradadas, o reflorestamento e a reordenação da produção para a redução dos gastos com recursos naturais e de energia. Por isso propomos:

a) A criação de áreas de desenvolvimento especiais, visando à implantação de um modelo de desenvolvimento autossustentado, com a formulação de um projeto para a exploração econômica racional;

b) Programas especiais de proteção aos biomas, de controle e redução da poluição do ar, de uso racional dos recursos naturais, de reciclagem, remanufatura e tratamento de resíduos;

c) Programas voltados para a melhoria do desempenho ambiental de todas as atividades da vida social, com destaque para a reordenação geral da produção, a desmaterialização de produtos e a introdução de sistemas produtivos de ciclo fechado;

d) Uso racional e soberano das reservas de recursos naturais estaduais, visando garantir a sustentabilidade intertemporal e a substituição progressiva do uso dos recursos não renováveis pelos recursos renováveis, no que se refere ao consumo de matérias primas e à geração de energia;

e) Prioridade para o desenvolvimento dos modos de transporte ferroviário e aquaviário.

6 – Uma nova inserção internacional: inserção comercial de novo tipo, soberania e solidariedade.

No que tange à inserção internacional do Rio Grande do Sul, propomos:

a) No campo econômico, inversão da atual inserção sul-rio-grandense no mercado mundial como exportador de matérias-primas e importador de capitais, voltando

parte das áreas agrícolas para o consumo interno; equilíbrio na composição das trocas comerciais, diversificando a pauta de exportações – que não mais priorizará as *commodities* agrícolas; prioridade para as importações de máquinas e equipamentos e para políticas de proteção ao mercado interno; parcerias com os países latino-americanos e os países em desenvolvimento de outras regiões para o estabelecimento de trocas comerciais mais justas; ruptura com as políticas do Banco Mundial.

7. Propostas a serem defendidas no Congresso Nacional.

Nosso candidato a Deputado Federal defenderá, entre outras, as seguintes propostas:

Consideramos que salário, proventos de aposentadoria e pensão de viuvez não são renda. Renda, tecnicamente falando, é o fruto do Capital. Salário é uma contraprestação de serviços e proventos de aposentadoria e pensão de viuvez são os resultados de um contrato entre o segurado e um órgão previdenciário. Essas as naturezas, no sentido ontológico, desses elementos (salários, proventos de aposentadoria e pensão de viuvez). Qualquer outra interpretação consiste em reproduzir a injustiça inerente ao sistema capitalista na questão tributária.

Assim, apresentaremos uma emenda constitucional, visando à imunidade (não simplesmente a isenção) de salários, proventos de aposentadoria e pensão de viuvez em relação ao imposto de renda e que sobre os frutos do capital (por exemplo, juros, aluguéis, arrendamento de terras, etc.) é que incidirá o imposto sobre a renda.

Como ficarão os chamados “altos salários”? Criaremos um imposto sobre <u>altos ganhos</u> que, por coerência, devem se diferenciar do imposto sobre a renda. Talvez a partir de uma faixa dos R$ 20.000,00 incidiria esse imposto sobre <u>altos ganhos</u> que seria escalonado, aumentando o índice de incidência do imposto de acordo com a faixa em que se situam tais ganhos.

Afirmamos que, para os capitalistas, impostos são custos que são repassados para o preço final do produto ou do serviço e quem paga é o consumidor. Pelo atual sistema, cabe ao capitalista repassar para o Tesouro esses impostos cobrados, como o ICMS, no preço do produto ou serviço. Mesmo assim, com tantas facilidades, os capitalistas sonegam, não recolhem os impostos pagos pelos consumidores. Por tais razões, se torna imperioso que o Capital pague diretamente, sem repassar para o preço, o imposto sobre a renda. Assinalar que consideraríamos crime contra a ordem tributária, passível de prisão, o repassar do imposto de renda para o preço dos produtos ou serviços.

<u>No eixo poder popular</u>.

Criaremos a figura do “controle popular sobre os mandatos eleitorais”. Uma percentagem do eleitorado (0,1%, como sugestão) poderá representar perante a Justiça Eleitoral pela perda do mandato de Vereador, Prefeito, Vice-Prefeito, Deputado Estadual, Governador, Vice-Governador, Deputado Federal, Senador, Presidente e Vice- Presidente da República, em casos como o não cumprimento de promessas de campanha, o desvio de objeto do mandato, infidelidade ao programa partidário (e outras situações que podem ser criadas). A representação dos eleitores criaria um processo perante a Justiça Eleitoral, onde se garantiria a amplitude do direito de defesa do mandatário, mas seria um processo célere que deve terminar antes do término do mandato, utilizando as regras, no que couber, do processo penal. Assim, 01,% dos eleitores de um município poderia representar pela perda de mandato de Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito; 0,1% do eleitorado de um Estado poderia representar pela perda de mandato de Deputado Estadual, Governador e Vice-Governador, como também de Deputado Federal e Senador, na medida em que estes são eleitos por Estados; e, finalmente, 0,1% do eleitorado nacional poderia representar pela perda dos mandatos do Presidente e Vice-Presidente da República.

Porto Alegre, 2 de julho de 2014